

# ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ.: 29.740.261/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE - (em milhares de reais)				
	Nota	2021	2020	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.232</b>	<b>2.654</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.978	2.654	
Clientes	5	8	-	
Imposto a Recuperar	6	13	-	
Outros Créditos	7	72	1	
Despesas Antecipadas		161	-	
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>149.556</b>	<b>100.580</b>	
Ativo Financeiro	8	149.391	100.478	
Imobilizado		1	2	
Intangível	9	164	100	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>152.788</b>	<b>103.234</b>	

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO - (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiant. Fut. Aum. de Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
			Retenção de Lucros	Reserva Legal		
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	19.633	7.798	6	3	48	27.488
Destinação de Lucros c/m AGO	-	-	48	-	(48)	-
Estorno de Dividendos Obrigatórios - AGO	-	-	16	-	-	16
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social	-	2.750	-	-	-	2.750
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.067	2.067
Reserva Legal	-	-	103	-	(103)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(491)	(491)
Lucros a Disposição da Assembleia	-	-	-	-	1.473	1.473
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	19.633	10.548	70	106	(1.473)	31.830
Destinação de Lucros c/m AGO	-	-	1.473	-	(1.473)	-
Estorno de Dividendos Obrigatórios - AGO	-	-	491	-	-	491
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social	-	25.000	-	-	-	25.000
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	9.440	9.440
Reserva Legal	-	-	472	-	(472)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(2.242)	(2.242)
Lucros a Disposição da Assembleia	-	-	-	-	6.726	6.726
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	19.633	35.548	2.034	578	6.726	64.519

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL.** A Assú Transmissora de Energia S.A. iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018. É uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Sociedade Anônima Fechada nº 0084-N, às folhas 217, sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negro, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2016, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2016, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão". A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Aqu III, pelos pilões 5002/230kV, 3º e 4º unidades de transformação - (6+1 tra) x 300 mva, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas a demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia S.A. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Aqu II e os pontos de seccionamento de Linha de Transmissão em 230kV Aqu II - Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Aqu II - Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Aqu II - Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Aqu III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Aqu II, Mossoró II e Lagoa Nova II. A Subestação de Aqu III entrou em operação comercial em 22 de novembro de 2021. Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da Linha, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados. Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a companhia atua, e representam a posição patrimonial e financeira da companhia, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021. No dia 28 de março de 2022 foi concedida pela administração da companhia a autorização para emissão das demonstrações contábeis. **NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** 3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculados ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. 3.2 Compensações Entre Contas Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação. 3.3 Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço. 3.4 Ativo Financeiro A Assú é titular de uma "concessão" e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos sob a forma de ativo financeiro - Indenizável. A remuneração da Companhia é garantida como um recebível e direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPD 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCP 05. O recebível é determinado como o valor da receita da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizadas pela Companhia. A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba as contas a receber por transmissão de energia elétrica, acrescidas das avaliações monetárias, quando contratadas. 3.4.2 Ativo Financeiro - Não Indenizável Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não serão indenizados pelo poder concedente. Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuídos pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens, direitos, privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos a

Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. 3.4.3 Contabilização de contrato de concessão Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 10), a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão. 3.4.4 Momento de reconhecimento do ativo financeiro A Administração da Sociedade reconhece os ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, e as amortizações se iniciam a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entrarem em operação. 3.4.5 Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, após o início das operações. 3.5 Receita de aplicação financeira A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método de taxa de juros efetivo ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros. 3.6 Empréstimos e Financiamentos As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos. 3.7 Apuração de resultado O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. 3.8 Forma de tributação O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicadas para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são cálculos com base no valor líquido dos ativos construídos. 3.9 Provisões Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. 3.10 AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Os Aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC. 3.11 Imobilizado O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela ANEEL. 3.12 Intangível O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela ANEEL. 3.13 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações contábeis são: (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (POLD); (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. 3.14 Mensuração do Valor Justo A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: - No mercado principal para o ativo ou passivo; e - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa a mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações do valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
Caixa	26	20
Bancos Conta Movimento	105	14
Aplicações Financeiras (i)	2.847	2.619
<b>Total</b>	<b>2.978</b>	<b>2.653</b>

(i) Aplicações Financeiras

Banco	Tipologia	Liquidez	2021	2020
Banco Santander	Renda Fixa	Imediata	14	279
Banco do Nordeste - BNB	Renda Fixa	Garantia	2.833	2.340
<b>Total</b>			<b>2.847</b>	<b>2.619</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós auditadas conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 15 de fevereiro de 2021, sem ressalvas. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos critérios internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receita Operacional Líquida</b>	17	<b>37.251</b>	<b>66.089</b>
(-) Custos do Ativo Financeiro		(37.141)	(66.169)
(-) Custos Operacionais		(634)	-
<b>Lucro Bruto</b>		<b>(524)</b>	<b>(80)</b>
<i>Receitas (Despesas) Operacionais</i>			
Gerais e Administrativas		(228)	-
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>(752)</b>	<b>(80)</b>
<i>Resultado Financeiro</i>	18	11.830	3.176
Receitas Financeiras		11.866	3.216
Despesas Financeiras		(36)	(40)
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>11.078</b>	<b>3.096</b>
Contribuição Social - Diferida		(571)	(278)
Imposto de Renda - Diferido		(1.045)	(751)
Contribuição Social - Corrente		(7)	-
Imposto de Renda - Corrente		(15)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>9.440</b>	<b>2.067</b>
Lucro por Ação		<b>0,481</b>	<b>0,105</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### NOTA 05 - CLIENTES

	2021	2020
Clientes	8	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>-</b>
A vencer em até 30 dias	8	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>-</b>

Valores a receber são em R\$ (Reais).

### NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
IRRF Retido	12	-
Pis/Cofins/CSLL Retidos	1	-
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>-</b>

### NOTA 07 - OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Materiais Sobressalentes	71	-
Adiantamentos a fornecedores	1	1
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>1</b>

### NOTA 08 - ATIVO FINANCEIRO

	Ativo Financeiro
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>30.882</b>
Custo	295
Ajuste ao Valor Presente	31.177
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>66.089</b>
(+) Adição	3.212
(-) Ajuste ao Valor Presente	3.212
<b>Saldo Final</b>	<b>100.478</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>96.971</b>
Custo	3.507
Ajuste ao Valor Presente	100.478
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>37.141</b>
(+) Adição	11.772
(-) Ajuste ao Valor Presente	149.391
<b>Saldo Final</b>	<b>134.112</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>15.279</b>
Custo	15.279
Ajuste ao Valor Presente	-

### NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2021	Bco	Modalidade	Juros	Garantia	Vencimento							
					Em até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
	Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. - IPCA	Ações da Cia	-	-	3.840	4.236	4.656	5.112	63.023	80.867
<b>Total</b>					-	-	3.840	4.236	4.656	5.112	63.023	80.867

### NOTA 12 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2021	2020
Salários a Pagar	9	3
Encargos a Recolher	37	5
Provisão de Encargos	17	8
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>16</b>

### NOTA 13 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2021	2020
IRPJ a Recolher	15	-
CSLL a Recolher	8	-
Pis a Recolher	1	-
Cofins a Recolher	3	-
INSS a Recolher	9	4
Pis/Cofins e CSLL a Recolher	6	9
ISS a Recolher Terceiros	5	46
IRRE a Recolher	4	10
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>106</b>

**NOTA 14 - OBRIGAÇÕES COM ACIONISTAS** O montante de R\$ 2.242 (R\$ 491 em 2020), refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o Lucro Líquido do exercício de 2021, aguardando aprovação da Assembleia Geral Ordinária. **NOTA 15 - OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS**

	2021	2020
CSLL Diferida	859	287
IRPJ Diferido	1.809	765
<b>Total</b>	<b>2.668</b>	<b>1.052</b>

As obrigações fiscais diferidas são calculadas pelas diferenças temporárias sobre o ajuste a valor presente da receita de construção. O impacto no resultado de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.616 (R\$ 1.029 em 31 de dezembro de 2020). **NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Capital Social** O Capital Social subscrito é de R\$ 19.633,896 (dezesseis milhões, seiscentos e trinta e três mil, oitocentos e noventa e seis reais), dividido em 19.633,896 ações ordinárias sem valor nominal. b) **Adiantamento Futuro Aumento de Capital Social** O aporte de R\$ 35.548 (trinta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil) está aguardando a assembleia dos acionistas para definitiva integralização ao capital social. c) **Reserva de Lucros** O Resultado Líquido do período, devido ao subestabelecimento de Aqu II entrar em operação comercial em 22 de novembro de 2021, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros foram superiores aos custos/despesas.

	2021	2020
<b>Proposta de Distribuição de Resultados</b>	<b>9.440</b>	<b>2.067</b>
Resultado Líquido do Exercício	(472)	(103)
Constituição de Reserva Legal - 5%	8.968	1.964
<b>Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%</b>	<b>(2.242)</b>	<b>(491)</b>
<b>Saldo a Disposição da Assembleia</b>	<b>6.726</b>	<b>1.473</b>

d) **Dividendos Propostos** Aos acionistas é garantido um dividendo de pelo menos 25% do lucro líquido do exer-

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE - MÉTODO INDIRETO (Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Resultado Líquido do Exercício	9.440	2.067
Ajustado por:		
Impostos Diferidos	1.616	1.029
Depreciação	1	1
Ajuste ao Valor Presente - Ativo Financeiro	(11.772)	(3.212)
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>(715)</b>	<b>(115)</b>
Clientes	(8)	-
Impostos a Recuperar	(13)	-
Despesas Antecipadas	(161)	6
Outros Créditos	(71)	5
(Aumento) ou Diminuição do Ativo Financeiro	(253)	41
Fornecedores	1.237	(2.195)